

# VBC PARTICIPAÇÕES S.A.

(Atual Denominação da VBC Energia S.A.)  
CNPJ nº 01.928.820/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Cumprindo os preceitos legais e as disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 da VBC PARTICIPAÇÕES S.A. (atual denominação da VBC ENERGIA S.A.), elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

### CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES

Constituída em 1997 pela participação acionária dos grupos Votorantim, Bradespar e Camargo Corrêa, a VBC Participações S.A. tem como objetivo principal participar direta ou indiretamente em empresas concessionárias do setor de energia elétrica. Desde a sua fundação, a Sociedade tem dedicado seus investimentos nos ramos de geração e distribuição de energia elétrica.

### INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Para adequar-se à tendência do atual modelo societário do sistema elétrico nacional, a Sociedade deu prosseguimento ao plano de reestruturação societária, e em 08 de novembro de 2001, a Sociedade e a controlada indireta CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") firmaram contrato de compra e venda de 999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 99,99% do capital total da Barra Grande Energia S.A. ("Barra Grande"), bem como quaisquer outras ações de emissão da Barra Grande que vierem a ser subscritas e integralizadas pela Sociedade a partir da data do contrato. Estas operações foram aprovadas pela ANEEL através da Resolução nº 096 de 25 de fevereiro de 2002.

A Sociedade e sua controlada integral VBC ENERGIA S.A. ("VBC"), realizaram reestruturações nos seus investimentos no decorrer do ano de 2001 e início de 2002, e atualmente a Sociedade detém participações (base março/2002), conforme a seguinte estrutura societária:

Distribuidoras de Energia Elétrica	Participação Indireta
Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL	43,58%
Companhia Piratininga de Força e Luz	42,05%
Rio Grande Energia S.A.	29,17%
<b>Geradoras de Energia Elétrica</b>	
CPFL Geração de Energia S.A.	46,59%
SEMESA S.A.	46,59%
Campos Novos Energia S.A.	34,64%
Foz do Chapecó Energia S.A.	31,07%
Barra Grande Energia S.A.	46,59%
Companhia Energética Rio das Antas	30,28%

### DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS, PRODUTOS E SERVIÇOS

#### Distribuição de Energia Elétrica

A Sociedade atua na distribuição de energia elétrica através de suas controladas Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"), Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga") e Rio Grande Energia S.A. ("RGE"). A CPFL, tem sua área de concessão abrangendo 234 municípios e aproximadamente 2,9 milhões de consumidores do Estado de São Paulo, o equivalente a 90.440 km². A distribuição da energia requerida corresponde a aproximadamente 20% do mercado consumidor do Estado.

A CPFL ainda detém participações nas empresas CPFL Piratininga (96,48%), através da sua controlada Draft I Participações S.A. e RGE (66,92%). A CPFL Piratininga, empresa resultante da venda de parcela de patrimônio cindido da Bandeirante Energia S.A., é uma concessionária de serviços públicos de energia do Estado de São Paulo que atende aproximadamente 1,1 milhões de consumidores em 27 municípios nas regiões da Baixada Santista e Oeste Paulista.

A RGE é uma concessionária de serviços públicos de energia que atende a 254 municípios na região Norte-Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul correspondendo a mais de 993 mil consumidores. Juntamente com as participações em suas controladas, a CPFL distribuiu 29.439 GWh em 2001 e passou a atender a aproximadamente 5 milhões de consumidores em 515 municípios nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

#### Geração de Energia Elétrica

A Companhia atua na área de geração de energia através de suas controladas CPFL Geração, SEMESA S.A. ("SEMESA") e Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN").

A CPFL Geração foi constituída em 19 de julho de 2000, tendo absorvido por incorporação, em 29 de setembro de 2000 a parcela cindida da CPFL. A CPFL Geração tem capacidade instalada de 143 MW, com 19 Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's localizadas nas Regiões de Araraquara, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto e uma usina termelétrica no município de Americana, Região de Campinas, tendo gerado 404 GWh durante o ano de 2001.

A CPFL Geração detém 99,9% do capital social da SEMESA, empresa que opera em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. a UHE Serra da Mesa, usina localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás, com capacidade instalada de 1.275 MW, que atende o mercado de energia elétrica do Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro Oeste, bem como sua ligação ao Sistema Norte/Nordeste, tendo gerado com suas três unidades 6.387 GWh durante o ano de 2001.

Além disso, a CPFL Geração participa com 65% na controlada CERAN juntamente com a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) do Rio Grande do Sul e a Desenvix S.A., de Santa Catarina. O Aproveitamento Hidrelétrico do Complexo Energético Rio das Antas será composto pelas usinas Monte Claro (130 MW), 14 de Julho (100 MW) e Castro Alves (130 MW), localizadas na região de Bento Gonçalves, interior do Rio Grande do Sul, cujo Contrato de Concessão foi assinado em março de 2001.

Através da Resolução ANEEL nº 096/2002, a CPFL Geração também passou a deter participações nos empreendimentos UHE Barra Grande localizada no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com potência instalada de 690 MW, UHE Campos Novos localizada no Rio Canoas no Estado de Santa Catarina com potência instalada de 880 MW e UHE Foz do Chapecó localizada no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com potência instalada de 855 MW.

Após a entrada em operação dos novos empreendimentos em construção, a capacidade total instalada proporcional às participações da CPFL Geração nestes empreendimentos atingirá 2.322 MW (equivalentes a

10.218 GWh de energia assegurada), que correspondem a aproximadamente 3% da capacidade instalada brasileira.

### CONJUNTURA ECONÔMICA GERAL

O exercício de 2001 foi marcado pelo racionamento de energia elétrica, a crise da Argentina, os atentados terroristas nos Estados Unidos e a desaceleração da economia norte-americana. Estes eventos produziram impactos negativos no cenário econômico brasileiro, principalmente em relação às taxas de crescimento, juros, inflação e à volatilidade do real frente ao dólar norte-americano, afetando significativamente os resultados das empresas de energia elétrica. Entretanto, as pressões sobre o câmbio atenuadas no final do ano, o término do racionamento e a economia norte-americana apresentando um desempenho acima das expectativas, sinalizam um cenário mais estável em 2002.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Apesar dos efeitos negativos do cenário econômico vigente em 2001, o resultado operacional positivo auferido pela Sociedade em 2001 no valor de R\$ 370.005, que comparado com o resultado negativo de R\$ 353.368 em 2000, tem origem principalmente pelas (i) operações realizadas por suas controladas especialmente VBC, que por Equivalência Patrimonial contribuíram positivamente com o resultado no montante de R\$ 271.244 e (ii) com Juros sobre o Capital no valor de R\$ 352.410.

O resultado positivo auferido no período gerou despesas de Contribuição Social e Imposto de Renda no valor de R\$ 21.551 e os Créditos Fiscais utilizados no período montam R\$ 17.777. A Sociedade apresentou um Prejuízo Líquido do Exercício de R\$ 15.330 contra um Prejuízo Líquido de R\$ 303.863 em 2000.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A VBC PARTICIPAÇÕES S.A. através de seus administradores agradece aos acionistas, colaboradores e empresas associadas, o apoio e empenho dedicados na tarefa de alcançar as metas estabelecidas. Embora satisfeitos e orgulhosos pelos objetivos alcançados em 2001, a Sociedade tem consciência do seu potencial de crescimento e de sua responsabilidade em gerar novos investimentos para atender a demanda de energia elétrica e propiciar o bem estar social.

### A ADMINISTRAÇÃO

## DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (Em Milhares de Reais)

ANEXO

	(NÃO AUDITADO)					(NÃO AUDITADO)			
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000		2001	2000	2001	2000
<b>1 – Geração do Valor Adicionado</b>					<b>3 – Valor Adicionado Líquido Gerado</b>				
Receita de Venda de Energia e Serviços	-	-	3.236.061	2.167.457	Receitas Financeiras	67.425	6.043	367.902	115.493
Resultado Não Operacional	6.403	(1)	491.388	995	Equivalência Patrimonial	271.244	(204.602)	(9.218)	(8.586)
	<b>6.403</b>	<b>(1)</b>	<b>3.727.449</b>	<b>2.168.452</b>	Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(12.240)	8.176
(-) Insumos						<b>338.669</b>	<b>(198.559)</b>	<b>346.444</b>	<b>115.083</b>
Custo de Energia Comprada	-	-	(1.546.807)	(869.897)		<b>317.800</b>	<b>(209.863)</b>	<b>1.982.079</b>	<b>962.633</b>
Serviços de Terceiros	(487)	(1.908)	(96.466)	(65.190)	<b>5 – Valor Adicionado a Distribuir</b>				
Materials	-	-	(14.255)	(15.590)	<b>5 – Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Outros Custos Operacionais	(26.722)	(9.325)	(106.944)	(73.490)	Pessoal e Encargos Sociais	-	-	124.981	151.181
	<b>(27.209)</b>	<b>(11.233)</b>	<b>(1.764.472)</b>	<b>(1.024.167)</b>	Despesas (Créditos) de Tributos e Contribuições	39.328	(49.506)	701.319	388.578
	<b>(20.806)</b>	<b>(11.234)</b>	<b>1.962.977</b>	<b>1.144.285</b>	Despesas Financeiras	293.802	143.506	1.171.109	736.181
<b>2 – Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(20.806)</b>	<b>(11.234)</b>	<b>1.962.977</b>	<b>1.144.285</b>	Prejuízo Líquido do Exercício	(15.330)	(303.863)	(15.330)	(313.307)
Quotas de Reintegração	(63)	(70)	(327.342)	(296.735)		<b>317.800</b>	<b>(209.863)</b>	<b>1.982.079</b>	<b>962.633</b>

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000		2001	2000	2001	2000
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Disponibilidades	36	813	198.542	216.892	Fornecedores	-	-	365.061	211.935
Consumidores, Concessionários e Permissionários	-	-	618.731	361.249	Folha de Pagamento	-	-	903	1.166
Coligadas e Controladas	273.192	-	13.642	-	Impostos e Contribuições Sociais	21.551	-	218.433	74.528
Devedores Diversos	-	-	27.654	20.350	Participações nos Lucros	-	-	2.813	2.830
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	67.284	Debêntures	57.844	52.381	491.913	186.751
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	60.360	2.266	148.161	61.275	Encargos de Dívidas	1.142	2.340	24.311	13.786
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(15.018)	(11.198)	Empréstimos e Financiamentos	154.693	249.146	580.107	443.675
Almoxarifado	-	-	5.541	4.496	Coligadas e Controladas	648.535	70.462	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	23.625	22.954	71.321	57.784	Obrigações Estimadas	-	-	12.653	10.943
Outros	170	86	30.034	34.951	Encargos do Consumidor	-	-	18.328	21.689
	<b>357.383</b>	<b>26.119</b>	<b>1.098.608</b>	<b>813.083</b>	Provisão para Contingências	-	-	35.355	27.361
					Outros	4.212	-	86.980	34.220
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>						<b>887.977</b>	<b>374.329</b>	<b>1.836.857</b>	<b>1.028.884</b>
Consumidores, Concessionários e Permissionários	-	-	338.414	-	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>				
Coligadas e Controladas	-	-	121.342	-	Fornecedores	-	-	135.161	-
Devedores Diversos	-	-	76.987	72.270	Impostos e Contribuições Sociais	-	-	48.509	-
Depósitos Vinculados a Litígios	-	-	30.098	27.375	Debêntures	53.620	92.878	2.415.421	2.740.028
Despesas Pagas Antecipadamente	1.589	3.403	123.686	14.923	Empréstimos e Financiamentos	154.693	260.720	1.188.378	1.155.904
Programa de Redução de Consumo de Energia Elétrica	-	-	21.503	-	Provisão para Contingências	15.890	289	46.018	28.696
Créditos Fiscais	158.084	175.861	524.258	459.141	Provisão para Perda em Investimentos	285.668	143.770	-	-
Outros	-	175	31.741	24.341	Outros	-	2	30.220	18.584
	<b>159.673</b>	<b>179.439</b>	<b>1.268.029</b>	<b>598.050</b>		<b>509.871</b>	<b>497.659</b>	<b>3.863.707</b>	<b>3.943.212</b>
<b>PERMANENTE</b>						<b>509.871</b>	<b>497.659</b>	<b>4.090.464</b>	<b>4.142.590</b>
Investimentos					Obrigações Especiais	-	-	226.757	199.378
Bens de Renda	-	-	397.015	873.899					
Participações Societárias Permanentes	1.010.053	965.758	3.071	3.904	<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>			<b>163.014</b>	<b>73.178</b>
Ágio	67.847	-	371.201	173.671	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Outros	60.297	46	78.721	16.518	Capital Social	1.273.961	1.273.961	1.273.961	1.273.961
	<b>1.138.197</b>	<b>965.804</b>	<b>850.008</b>	<b>1.067.992</b>	Prejuízos Acumulados	(989.508)	(974.178)	(989.508)	(974.178)
Imobilizado	345	409	1.680.715	1.469.004		<b>284.453</b>	<b>299.783</b>	<b>284.453</b>	<b>299.783</b>
Diferido	26.703	-	1.480.630	1.599.428	Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	3.202	3.122
	<b>1.165.245</b>	<b>966.213</b>	<b>4.011.353</b>	<b>4.136.424</b>		<b>1.682.301</b>	<b>1.171.771</b>	<b>6.377.990</b>	<b>5.547.557</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.682.301</b>	<b>1.171.771</b>	<b>6.377.990</b>	<b>5.547.557</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.682.301</b>	<b>1.171.771</b>	<b>6.377.990</b>	<b>5.547.557</b>

As Notas Explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Continua...

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS – Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000**  
 (Em Milhares de Reais Exceto Prejuízo por Ação)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
Fornecimento de Energia	-	-	2.873.057	1.930.526
Suprimento de Energia	-	-	330.274	213.570
Outras Receitas	-	-	32.730	23.361
	-	-	<b>3.236.061</b>	<b>2.167.457</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>				
Obrigações do Consumidor	-	-	(29.218)	(28.659)
Impostos e Contribuições sobre a Receita	-	-	(565.446)	(446.327)
	-	-	<b>(594.664)</b>	<b>(474.986)</b>
	-	-	<b>2.641.397</b>	<b>1.692.471</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>				
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
Pessoal	-	-	(124.981)	(151.181)
Material	-	-	(14.255)	(15.590)
Serviços de Terceiros	(487)	(1.908)	(96.466)	(65.190)
Energia Comprada para Revenda	-	-	(1.393.891)	(791.158)
Depreciações e Amortizações	(63)	(70)	(327.342)	(296.735)
Conta de Consumo de Combustível	-	-	(152.916)	(78.739)
Outras	(26.722)	(9.325)	(106.944)	(73.490)
	<b>(27.272)</b>	<b>(11.303)</b>	<b>(2.216.795)</b>	<b>(1.472.083)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(27.272)</b>	<b>(11.303)</b>	<b>424.602</b>	<b>220.388</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>				
Receita Financeira	67.425	6.043	367.902	115.493
Despesa Financeira	(293.802)	(143.506)	(1.171.109)	(736.181)
Juros sobre o Capital Próprio	352.410	-	-	4
	<b>126.033</b>	<b>(137.463)</b>	<b>(803.207)</b>	<b>(620.684)</b>
Resultado de Participações Societárias	271.244	(204.602)	(9.218)	(8.586)
	<b>370.005</b>	<b>(353.368)</b>	<b>(387.823)</b>	<b>(408.882)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>				
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>				
Receitas Não Operacionais	7.510	-	528.277	18.698
Despesas Não Operacionais	(1.107)	(1)	(36.889)	(17.703)
	<b>6.403</b>	<b>(1)</b>	<b>491.388</b>	<b>995</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>376.408</b>	<b>(353.369)</b>	<b>103.565</b>	<b>(407.887)</b>
Créditos (Despesas) de Contribuição Social	(10.275)	11.996	(27.803)	21.561
Créditos (Despesas) de Imposto de Renda	(29.053)	37.510	(78.852)	64.847
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>	<b>337.080</b>	<b>(303.863)</b>	<b>(3.090)</b>	<b>(321.479)</b>
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(12.240)	8.176
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>337.080</b>	<b>(303.863)</b>	<b>(15.330)</b>	<b>(313.303)</b>
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	(352.410)	-	-	(4)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(15.330)</b>	<b>(303.863)</b>	<b>(15.330)</b>	<b>(313.307)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>(0,01)</b>	<b>(0,11)</b>		

As Notas Explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000  
 (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro 1999</b>	<b>1.273.961</b>	<b>(670.315)</b>	<b>603.646</b>
Prejuízo do Exercício	-	(303.863)	(303.863)
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2000</b>	<b>1.273.961</b>	<b>(974.178)</b>	<b>299.783</b>
Prejuízo do Exercício	-	(15.330)	(15.330)
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2001</b>	<b>1.273.961</b>	<b>(989.508)</b>	<b>284.453</b>

As Notas Explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000** (Valores Expressos em Milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** – A VBC PARTICIPAÇÕES S.A. (“VBC PARTICIPAÇÕES” ou “Sociedade”), atual denominação da VBC ENERGIA S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 1997 através da associação dos grupos Votorantim, Bradespar e Camargo Corrêa, com a finalidade de explorar e executar serviços na área de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição), através de participação ativa nos programas de privatizações, estaduais e federais. A VBC Participações possui investimentos nas seguintes controladas em conjunto: **1.1. – Participações Diretas: VBC ENERGIA S.A.** – A VBC Energia S.A. (“VBC”), atual denominação da Serra da Mesa Energia S.A., constituída em 8 de junho de 1994, é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem por objeto social participar em outras sociedades primariamente dedicadas à geração e distribuição de energia elétrica. A VBC participa diretamente do capital da CPFL e CPFL Geração. **DraftIII Participações S.A.** – A DraftIII Participações S.A. (“DraftIII”) é uma holding tendo como objetivo participar no capital de outras sociedades. A DraftIII participa diretamente do capital da CPFL e CPFL Geração. **VBC Energy Corp** – Esta é uma sociedade *off-shore* totalmente controlada pela VBC Energia S.A. Ela é basicamente utilizada para estruturação de captações de recursos no exterior para sua controladora. **Barra Grande Energia S.A.** – A Barra Grande Energia S.A. (“Barra Grande”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 03 de agosto de 2001, na qual a Sociedade possui participação de 99,99%. A Barra Grande detém participação de 50% no Consórcio Energético de Barra Grande que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, cuja potência instalada será de 690 MW, localizado no Rio Pelotas, entre os municípios de Anita Garibaldi e Esmeralda, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato nº 31/2001 de 14 de maio de 2001. O empreendimento está em fase de escavações das principais estruturas e processo de licenciamento ambiental. O prazo para conclusão das obras está previsto para abril de 2006. **1.2. – Principais Participações Indiretas: Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL** – A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL”), é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem por objeto principal a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, para o que possui concessão por prazo de 30 anos, que se encerra em 2027, podendo este prazo ser estendido por igual período. A área de concessão da CPFL contempla 234 municípios do Estado de São Paulo, equivalente a 90.440 km<sup>2</sup>, abrangendo uma economia bastante diversificada, baseada principalmente na indústria, serviços e agropecuária. A distribuição da energia requerida atualmente corresponde a aproximadamente 20% do mercado consumidor do Estado de São Paulo e a CPFL atende a cerca de 2.892 mil consumidores. **Companhia Piratininga de Força e Luz** – Em 1º de outubro de 2001 foi aprovada a cisão parcial da Bandeirante Energia S.A. (“Bandeirante”), na época, empresa onde a controlada CPFL detinha 42,44% do seu capital total. A parcela cindida da Bandeirante foi incorporada à Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”), da qual a controlada CPFL passou a deter indiretamente 96,48% do seu capital total. A CPFL Piratininga é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, atuando primordialmente na distribuição de energia a cerca de 1.100 mil consumidores nas regiões da Baixada Santista, Sorocaba, Jundiá, Indaiatuba, Salto e Itú. Seu prazo de concessão se encerra em 23 de outubro de 2028, podendo ser estendido por período adicional de 30 anos. **CPFL Geração de Energia S.A.** – A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2000, tendo absorvido por incorporação, em 29 de setembro de 2000, a parcela cindida da CPFL, relacionada às atividades de geração de energia elétrica, conforme autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), através da Resolução nº 366 de 13 de setembro de 2000. A CPFL Geração possui potência nominal de 143,46 MW, contando com 19 usinas hidrelétricas e 01 usina termelétrica, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo e atua como geradora e comercializadora de energia elétrica. A CPFL Geração detém concessão para serviços de geração de energia elétrica até o ano de 2027, podendo a mesma ser prorrogada por prazo adicional de 30 anos. A CPFL Geração controla atualmente a SEMESA S.A., sociedade que, em parceria com Furnas, controla a exploração comercial da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, anteriormente controlada pela VBC. **Rio Grande Energia S.A. – RGE** – A Rio Grande de Energia S.A. (“RGE”), é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia elétrica a cerca de 994 mil consumidores, nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui prazo de concessão de trinta anos até o ano de 2027, podendo o mesmo ser renovado por igual período. **SEMESA S.A.** – A SEMESA S.A. (“SEMESA”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2001, com o objetivo de participar de outras empresas do setor elétrico. Em 21 de dezembro de 2001, a controlada VBC transferiu para a SEMESA a totalidade dos bens, direitos e obrigações referentes à sua participação no Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no estado de Goiás, cuja potência instalada é de 1.275 MW. A concessão do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa pertence à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Conjuntamente, foi transferida a concessão, bem como os respectivos bens vinculados à Usina Hidrelétrica de Ponte do Silva, localizada no Rio São Luiz, no estado de Minas Gerais. Em 26 de dezembro de 2001, a controlada VBC alienou sua participação de 99,99% na SEMESA para sua controlada CPFL Geração (Vide Nota 4). **Campos Novos Energia S.A.** – Em 8 de junho de 2001, a controlada VBC adquiriu 67% do capital social da Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de julho de 1999, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, cuja potência instalada será de 880 MW, localizado no Rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato nº 043/2000 de 29 de maio de 2000. As obras tiveram início em agosto de 2001 e encontram-se em andamento as escavações das principais estruturas. O prazo para conclusão das obras está previsto para junho de 2006. **Foz do Chapeco Energia S.A.** – A Foz do Chapeco Energia S.A. (“Foz do Chapeco”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de julho de 2001 na qual a controlada VBC possui participação de 66,67%. A Foz do Chapeco detém participação de 60% no Consórcio Energético Foz do Chapeco que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Foz do Chapeco, cuja potência instalada será de 855 MW, localizado no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas do Chapeco e Alpestre, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. A concessão foi outorgada pela ANEEL através do contrato nº 128/2001 de 07 de dezembro de 2001. O empreendimento está em fase inicial do projeto executivo e processo de licenciamento ambiental. O prazo para conclusão das obras está previsto para maio de 2007. **CERAN – Companhia Energética Rio das Antas** – A

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**  
 Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 (Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
<b>ORIGENS DE RECURSOS:</b>				
<b>Das Operações</b>				
<b>Dos Acionistas</b>				
Integralização de Capital	-	-	1.063.230	344.971
<b>De Terceiros</b>				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	450.410	-	-	-
Alienação de Investimento	-	-	246.349	-
Aumento do Exigível de Longo Prazo	-	-	6.217	-
Ingresso de Financiamentos de Longo Prazo	-	-	712.114	792.606
Transferência Realizável a Longo Prazo para o Circulante	1.813	1.693	52.374	31.776
Contribuições e Doações do Consumidor	-	-	16.063	12.136
Outros	-	-	8.757	2.193
	<b>452.223</b>	<b>1.693</b>	<b>1.041.874</b>	<b>838.711</b>
	<b>452.223</b>	<b>1.693</b>	<b>2.120.161</b>	<b>1.183.682</b>
<b>Total das Origens</b>				
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS:</b>				
<b>Nas Operações – vide demonstração abaixo:</b>				
Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica	-	-	21.503	-
Realizável de Longo Prazo	-	-	130.065	10.263
Investimentos	205.059	9.382	507.023	175.957
Imobilizado e Bens de Renda	-	-	224.579	86.764
Diferido	-	-	1.208	3.564
Transferência do Exigível de Longo Prazo para o Circulante	294.933	199.971	1.046.113	590.358
Redução em Contratos a Pagar de Longo Prazo	-	-	-	31.630
Resgate de Ações Preferenciais	-	-	35.050	-
Ativo Líquido Não Circulante Incorporado ao Consolidado	-	-	421.648	-
Conta de Compensação de Variação dos Custos da Parcela “A”	-	-	103.623	-
Acervo Líquido - Incorporação do Patrimônio Cindido Serra da Mesa	-	-	75.894	-
Outros	-	-	75.903	21.424
	<b>634.607</b>	<b>295.089</b>	<b>2.642.609</b>	<b>919.960</b>
<b>Total das Aplicações</b>				
<b>(Acréscimo) Decréscimo no Capital Circulante Líquido Negativo</b>	<b>(182.384)</b>	<b>(293.396)</b>	<b>(522.448)</b>	<b>263.722</b>
<b>Varição do Ativo Circulante</b>	<b>331.264</b>	<b>(73.458)</b>	<b>285.525</b>	<b>189.691</b>
Ativo Circulante – saldo inicial	26.119	99.577	813.083	623.392
Ativo Circulante – saldo final	357.383	26.119	1.098.608	813.083
<b>Varição do Passivo Circulante</b>	<b>513.648</b>	<b>219.938</b>	<b>807.973</b>	<b>(74.031)</b>
Passivo Circulante – saldo inicial	374.329	154.391	1.028.884	1.102.915
Passivo Circulante – saldo final	887.977	374.329	1.836.857	1.028.884
<b>(Acréscimo) Decréscimo no Capital Circulante Líquido Negativo</b>	<b>(182.384)</b>	<b>(293.396)</b>	<b>(522.448)</b>	<b>263.722</b>
<b>Demonstração das Operações:</b>				
Prejuízo do Exercício	(15.330)	(303.863)	(15.330)	(313.307)
<b>Itens Que Não Afetam o Capital Circulante:</b>				
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	(203.253)	-
Depreciações e Amortizações	63	70	327.342	296.735
Variações Monetárias de Longo Prazo	149.133	63.246	507.974	406.648
Resultado de Participações Societárias	(271.244)	204.602	9.218	8.586
Resultados Não Realizados na Alienação de Controladas	-	-	263.140	-
Ganhos e Perdas de Capital	(7.511)	-	22.744	-
Provisão para Contingências	15.600	289	18.755	5.146
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.777	(49.506)	44.546	(107.901)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Longo Prazo	-	-	48.509	-
Baixa de Ativo Imobilizado	-	-	9.996	20.463
Realização de Créditos Fiscais	-	-	(14.817)	12.471
Varição Cambial Diferida	(26.703)	-	(26.703)	-
Amortização de Ágio	3.571	-	41.275	15.890
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	12.240	(8.176)
Outros	29	(574)	17.594	8.416
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado</b>	<b>(134.615)</b>	<b>(85.736)</b>	<b>1.063.230</b>	<b>344.971</b>

As Notas Explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

construção, classificados no imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. e) Investimentos – As participações em controladas (diretas e indiretas) são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; as demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável. f) Imobilizado e Bens de Renda – Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a 20%, de acordo com a natureza do bem, que são determinadas pela Resolução da ANEEL nº 044/99. Encargos financeiros relacionados à construção desses ativos são capitalizados à medida que incorridos. g) Diferido – É demonstrado aos valores de custo, representado, principalmente, por ágios pagos na aquisição de controladas, fundamentados em rentabilidade esperada sendo amortizados por um prazo de 10 anos. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 13, a Sociedade e suas controladas CPFL e RGE optaram pelo diferimento da variação cambial incorrida durante o ano de 2001, que será amortizada de maneira linear a partir do exercício de 2001, pelo prazo de quatro anos ou em função do vencimento dos passivos que deram origem à variação cambial, o que ocorrer primeiro. h) Atualizações de Direitos e Obrigações – Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação, ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data dos balanços. i) Imposto de Renda e Contribuição Social – Calculados conforme alíquotas vigentes à data dos balanços. A Sociedade e suas controladas registraram em suas demonstrações contábeis os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais, base negativa da Contribuição Social e diferenças intertemporárias. j) Estimativas – A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Sociedade e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas das Sociedades, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – CVA, provisão para créditos de liquidação duvidosa, créditos fiscais diferidos, provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão. k) Planos de Aposentadoria e Pensão – Em atendimento às determinações do Pronunciamento do IBRACON sobre contabilização de benefícios a empregados, a CPFL, CPFL Geração, CPFL Piratininga e RGE (Sociedades que mantêm planos suplementares de aposentadoria a seus empregados) optaram por reconhecer a parcela de obrigações atuariais excedentes em relação aos ativos dos planos em 5 anos a partir de janeiro de 2002. l) Prejuízo por Ação – Determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação à data do balanço. **Demonstrações Contábeis Consolidadas:** As demonstrações consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas VBC e DraftII. As demonstrações da controlada VBC são consolidadas integralmente, ao passo que as demonstrações da controlada em conjunto, DRAFTII, são consolidadas proporcionalmente à participação da Sociedade na mesma. Anteriormente à consolidação com a Sociedade, as demonstrações da VBC e DRAFTII são consolidadas com as controladas abaixo relacionadas. No caso de sociedades controladas em conjunto, a consolidação é feita proporcionalmente à participação da controladora. O resumo das participações diretas e indiretas é como segue:

Coligadas e Controladas	Participações Diretas sobre o Capital			
	2001		2000	
	Total	Votante	Total	Votante
VBC	100,00%	100,00%	92,93%	100,00%
DraftII	45,32%	45,32%	45,32%	45,32%
Barra Grande	99,99%	99,99%	-	-
	Participações Indiretas sobre o Capital			
	2001		2000	
	Total	Votante	Total	Votante
CPFL	43,58%	43,38%	42,44%	40,73%
CPFL Piratininga	42,05%	42,41%	-	-
Bandeirante	-	-	17,93%	18,31%
RGE	29,17%	29,06%	38,04%	37,91%
CPFL Geração	46,59%	44,97%	42,44%	40,73%
SEMESA	46,59%	44,97%	-	-
ENERCAN	71,44%	71,44%	-	-
Foz do Chapecó	66,67%	66,67%	-	-
CERAN	30,28%	29,23%	-	-
NOVA I	46,59%	44,97%	-	-

A Companhia VBC Energy Corp., da qual a Sociedade possui 100% do capital, não foi consolidada devido à sua irrelevância dentro do grupo. No processo de consolidação proporcional, agregaram-se às demonstrações contábeis da Sociedade os montantes resultantes da aplicação do percentual de participação mantido no capital social das controladas em conjunto sobre os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas das respectivas demonstrações contábeis consolidadas. Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados: – Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas; – Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial; – Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas; – Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as Empresas. – Destaque da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial e na demonstração de resultado do exercício, no caso das controladas consolidadas integralmente. As práticas contábeis adotadas pelas coligadas e controladas são consistentes com aquelas adotadas pela Sociedade. **4. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA** – Com o propósito de se adequar à reforma do setor elétrico brasileiro e conforme estabelecido nos contratos de concessão entre as empresas subsidiárias e agência reguladora ANEEL, a Sociedade deu continuidade ao seu processo de reorganização societária realizando as operações conforme segue: (a) A VBC vendeu para CPFL a participação representativa de 40,927% do capital social da RGE. Esta operação foi aprovada pela ANEEL através da Resolução nº 213 de 13 de junho de 2001. O valor da operação foi de R\$ 844.887. (b) Com o objetivo de propiciar individualmente aos controladores da Bandeirante (ENERPAULO – Energia Paulista Ltda. ("ENERPAULO") e Draft I), maior agilidade e eficiência para enfrentar os novos desafios impostos pelo mercado livre de energia, em 1º de outubro de 2001, foi aprovada sua cisão parcial com versão do patrimônio cindido à CPFL Piratininga. Após a efetivação da cisão da Bandeirante, seus controladores permutaram a totalidade de suas ações, com o objetivo da Draft I participar apenas do capital social da CPFL Piratininga e a ENERPAULO do capital social da Bandeirante. Os acionistas não controladores receberam ações da CPFL Piratininga em igual proporção às ações possuídas na data da cisão parcial da Bandeirante, de modo a manter inalteradas suas correspondentes participações no patrimônio total. Para fins de cisão foi utilizado como base o balanço patrimonial da Bandeirante levantado em 30 de setembro de 2001. A participação atual da CPFL, através da controlada Draft I, no capital social da CPFL Piratininga é de 96,48%. (c) Em 21 de dezembro de 2001, a controlada VBC transferiu bens, direitos e obrigações relacionados à USINA de Serra da Mesa para a controlada SEMESA, no montante líquido de R\$ 69.631. Em 26 de dezembro de 2001, autorizada pela Resolução ANEEL nº 582, a controlada VBC efetivou a alienação para sua controlada CPFL Geração de 999 ações ordinárias nominativas de emissão de SEMESA, de titularidade da Sociedade, representativas de 99,9% do capital social da SEMESA, pelo valor total de R\$ 486.365. **5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS** – No balanço patrimonial consolidado, a rubrica registra as atividades com energia elétrica de suas controladas, cuja composição em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é como segue:

	Consolidado				
	2001		2000		
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos mais de 90 dias	Total	Total
Residencial	45.058	22.979	5.644	73.681	76.569
Industrial	37.820	15.512	6.997	60.329	39.528
Comercial	16.712	10.863	3.693	31.268	23.555
Rural	5.538	1.348	437	7.323	5.580
Poder Público	4.309	2.411	2.692	9.412	11.455
Iluminação Pública	7.829	4.156	13.536	25.521	29.165
Serviço Público	3.773	5.024	6.557	15.354	15.307
<b>Faturado</b>	<b>121.039</b>	<b>62.293</b>	<b>39.556</b>	<b>222.888</b>	<b>201.159</b>
Não Faturado	92.220	-	-	92.220	93.791
Outros	1.461	935	1.166	3.562	2.745
Recomposição Tarifária	113.906	-	-	113.906	-
Concessionárias	186.155	-	-	186.155	63.554
<b>Total</b>	<b>514.781</b>	<b>63.228</b>	<b>40.722</b>	<b>618.731</b>	<b>361.249</b>

**Recomposição Tarifária Extraordinária:** Conforme descrito na Nota 2, o saldo de recomposição tarifária extraordinária refere-se às perdas resultantes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. No consolidado o valor total a recuperar através dos aumentos tarifários extraordinários autorizados pelo Poder Concedente (ANEEL), é estimado em R\$ 312.039, dos quais R\$ 198.133 deverão ser realizados em prazo superior a 12 meses, conforme estimativas da Sociedade e de suas controladas, portanto, foram registrados na conta "Consumidores, Concessionários e Permissões", no ativo Realizável a Longo Prazo. **6. COLIGADAS E CONTROLADAS** – Estão registradas nesta rubrica as operações entre a Sociedade e suas controladas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2001 compõe-se como segue: VBC – o saldo refere-se a dividendos a receber desta controlada no valor de R\$ 259.759. SEMESA – o saldo refere-se a contrato de mútuo celebrado entre a Sociedade e a controlada no valor de R\$ 13.433, atualizado pela variação do IGP-M e acrescido 9,50% ao ano com vencimento em 15 de março de 2002. **7. DEVEDORES DIVERSOS:**

	Consolidado			
	2001		2000	
	2001	2000	2001	2000
Curto Prazo				
Créditos a Receber – CESP			16.957	14.126
Outros			10.697	6.224
<b>Total</b>			<b>27.654</b>	<b>20.350</b>
Longo Prazo – Créditos a Receber – CESP			<b>76.987</b>	<b>72.270</b>
A rubrica "Créditos a Receber – CESP", refere-se à parcela da Conta de Resultado a Compensar – CRC transferida para a CESP. Esse saldo é recebível em parcelas semestrais, até 2009, sendo atualizado de acordo com a variação do dólar norte-americano. <b>8 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS:</b>				
	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Tributos Compensáveis (IR e CSSL)	60.360	2.266	117.746	38.541
Créditos de CSSL e IR a Compensar – CPFL	-	-	30.415	22.734
<b>Total</b>	<b>60.360</b>	<b>2.266</b>	<b>148.161</b>	<b>61.275</b>

Os tributos compensáveis compõem-se principalmente por imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre capital recebidos de controladas, sendo que os créditos tributários apurados até 31 de dezembro de 2000 estão atualizados monetariamente pela "Taxa SELIC". No consolidado, a rubrica "Créditos de

CSSL e IR a Compensar", no valor de R\$ 30.415 (R\$ 22.734 em 2000), corresponde a recolhimentos a maior resultantes na CPFL em decorrência da decisão favorável da Receita Federal, em 1998, quanto à dedutibilidade do contrato de saldamento do déficit previdenciário junto à Fundação CESP. **9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE** – As despesas pagas antecipadamente na controladora referem-se a comissões pagas sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira obtidos e a garantias de direito de recompra de debêntures da 3ª, 6ª e 8ª emissões da controlada VBC. No consolidado, a composição do saldo é como segue:

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2001	2000	2001	2000
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	39.228	-	114.269	-
Comissões (VBC Participações)	23.625	22.954	-	-
Outras	8.468	34.830	9.417	14.923
<b>Total</b>	<b>71.321</b>	<b>57.784</b>	<b>123.686</b>	<b>14.923</b>

**Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – CVA** – A Medida Provisória nº 2.227, de 4 de setembro de 2001, em conjunto com as Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e Resolução nº 90 de 18 de fevereiro de 2002 da ANEEL criaram mecanismo de compensação das variações ocorridas nos itens não gerenciáveis pelas empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica que determinam o reajuste anual das suas tarifas, a saber: I – tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; II – tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; III – quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; IV – tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; V – compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; VI – energia comprada estabelecida nos contratos iniciais; VII – Quota de Reserva Global de Reversão – RGR; VIII – Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE; e IX – encargos de conexão. Dessa forma, os custos pagos a maior ou a menor dos itens acima listados, apurados para o período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2001 e contabilizados no curto prazo, comparativamente ao último reajuste anual de tarifas, serão computados no cálculo do reajuste tarifário do exercício subsequente. A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001 e Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, permitiram que o cálculo da CVA retroagisse a janeiro de 2001; entretanto, os efeitos apurados entre 1º de janeiro de 2001 e 25 de outubro de 2001, contabilizados no realizável ou exigível a longo prazo, serão compensados mediante extensão do prazo de vigência dos reajustes tarifários extraordinários aprovados para fins de compensação das perdas decorrentes do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, conforme descrito na Nota 2, após a conclusão da recuperação dessas perdas. Os valores incluídos na Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" serão reajustados com base na variação da taxa SELIC. O saldo total apurado pelas controladas relativamente às compensações futuras a serem autorizadas depende de homologação pela ANEEL. **10. CRÉDITOS FISCAIS:**

Período de Apuração	Controladora			
	IRPJ	CSSL	Total	2000
1996 a 1998	34.842	20.874	55.716	63.651
1999	47.833	5.488	53.321	62.704
2000	37.157	11.890	49.047	49.506
<b>Totais</b>	<b>119.832</b>	<b>38.252</b>	<b>158.084</b>	<b>175.861</b>

Créditos Fiscais por Empresa	Consolidado	
	2001	2000
VBC Participações	176.816	175.861
VBC	301.436	210.781
CPFL	19.942	48.825
CPFL Geração	22	600
RGE	26.042	23.074
<b>Totais</b>	<b>524.258</b>	<b>459.141</b>

A Sociedade e suas controladas reconheceram créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Com base em projeções orçamentárias em 31 de dezembro de 2001, a Sociedade e sua controlada VBC, estimam realizar estes créditos ao longo do período de concessão de suas controladas. As controladas CPFL Piratininga e RGE estimam realizar os principais créditos em até 5 anos, com base em projeção de lucros tributáveis futuros. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis. A diferença entre os créditos fiscais da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas refere-se ao efeito da eliminação, para fins de consolidação, de ganhos relacionados a vendas de investimentos na RGE e SEMESA para a CPFL e CPFL Geração, respectivamente, conforme descrito na Nota 11.2. **Demonstração da Apuração dos Créditos Fiscais:** O quadro a seguir demonstra a apuração do crédito fiscal apresentado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 33% (25% de imposto de renda e 8% de contribuição social sobre o lucro) em 2001 e 2000.

	Controladora	
	2001	2000
<b>Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos</b>	<b>376.408</b>	<b>(353.369)</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – Alíquota de 8%</b>		
Crédito (Débito) Fiscal referente à contribuição social sobre o lucro	(30.113)	28.270
Diferenças Permanentes:		
Equivalência Patrimonial	21.699	(16.368)
Outras	(1.861)	94
<b>Crédito (Débito) de CSSL na Demonstração de Resultado</b>	<b>(10.275)</b>	<b>11.996</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA – Alíquota de 25%</b>		
Crédito (Débito) Fiscal referente ao Imposto de Renda	(94.102)	88.342
Diferenças Permanentes:		
Equivalência Patrimonial	67.811	(51.150)
Outras	(2.762)	318
<b>Crédito (Débito) de IRPJ na Demonstração de Resultado</b>	<b>(29.053)</b>	<b>37.510</b>
<b>Total dos Créditos (Débitos) Fiscais na Demonstração de Resultado</b>	<b>(39.328)</b>	<b>49.506</b>

**11. INVESTIMENTOS – 11.1 Bens de Renda:** No consolidado, a rubrica representa os bens do ativo imobilizado da controlada SEMESA, relacionados ao empreendimento na UHE de Serra da Mesa, que por estarem arrendados à Furnas Centrais Elétricas S.A., estão registrados nesta rubrica, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A composição dos referidos bens é como segue:

	Consolidado			
	2001		2000	
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Terrenos	1.958	-	1.958	4.032
Reservatórios, Barragens e Adutoras	48.988	(3.680)	45.308	99.365
Edificações, Obras Civis e Benefeitorias	242.739	(19.402)	223.337	490.798
Máquinas e Equipamentos	141.526	(15.139)	126.387	279.638
Veículos	43	(23)	20	52
Outros	8	(3)	5	14
<b>Total</b>	<b>435.262</b>	<b>(38.247)</b>	<b>397.015</b>	<b>873.899</b>

Conforme mencionado na Nota 4, em 21 de dezembro de 2001, a controlada VBC transferiu bens, direitos e obrigações relacionados à Usina de Serra da Mesa para a subsidiária SEMESA. Em 26 de dezembro de 2001, a controlada VBC efetivou a alienação para sua controlada CPFL Geração de 999 ações ordinárias nominativas de emissão de SEMESA, de titularidade da Sociedade, representativas de 99,9% do capital social da SEMESA, passando a deter indiretamente 43,84% do capital total da SEMESA, razão pela qual os saldos em 31 de dezembro de 2001 são comparativamente inferiores aos de 2000, quando estes bens eram de propriedade da controlada VBC e, por consequência, integralmente consolidados. **11.2. Participações Societárias Permanentes:**

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
VBC	1.006.982	961.854	-	-
VBC Energy Corp	3.071	3.904	3.071	3.904
<b>Total</b>	<b>1.010.053</b>	<b>965.758</b>	<b>3.071</b>	<b>3.904</b>

As principais informações sobre as participações societárias permanentes em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são como segue:

	2001		2000	
	VBC	DRAFT II	VBC	DRAFT II
Quantidade de Ações Ordinárias	1.660.104	53.980	1.660.104	53.977
Quantidade de Ações Preferenciais	336.061	-	336.061	-
Quantidade Total de Ações	1.996.165	53.980	1.996.165	53.977
Ações em Poder da Investidora				
– Ordinárias	1.855.104	24.458	1.660.097	24.463
– Preferenciais	141.061	-	195.006	-
– Total	1.996.165	24.458	1.855.103	24.463
Participação no Capital %				
– Votante	100,00%	45,32%	100,00%	45,32%
– Total	100,00%	45,32%	92,93%	45,32%

**Na Investida**

Capital Social	1.035.032	54	1.514.636	54
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	1.233.761	(550.102)	1.035.032	(317.232)
Resultado do Exercício	649.139	(232.870)	(107.745)	(211.580)
<b>Na Investidora</b>				
Investimentos	1.006.982	-	961.854	-
Resultado de Participações Societárias	385.999	(105.537)	(100.128)	(95.888)

Em 31 de dezembro de 2001, o Resultado Positivo de Participações Societárias de R\$ 271.244, contempla os Lucros Não Realizados eliminados na consolidação, no valor de R\$ 263.140 líquidos dos efeitos fiscais, apurados sobre as operações realizadas entre a controlada VBC e suas controladas CPFL e CPFL Geração, relativos às vendas das participações nas controladas RGE e SEMESA, respectivamente. A Sociedade estima realizar estes lucros em um prazo de 10 anos. Segue abaixo demonstrativo da apuração do Resultado de Participações Societárias:

## Composição do Resultado de Participações Societárias

Investida	Resultado do Exercício	Participação %	Equity	Lucros Não Realizados			Resultado de Participações Societárias
				Venda RGE	Venda SEMESA	Total	
VBC	649.139	100,00%	649.139	132.028	131.112	263.140	385.999
DraftII	(232.870)	45,32%	(105.537)	-	-	-	(105.537)
VBC Energy	(9.218)	100,00%	(9.218)	-	-	-	(9.218)
<b>Totais</b>				<b>132.028</b>	<b>131.112</b>	<b>263.140</b>	<b>271.244</b>

Em 2001, o Resultado de Participações Societárias, contempla o resultado negativo de R\$ 9.218 (R\$ 8.586 em 2000), obtido no investimento na sociedade não consolidada VBC Energy Corp e a provisão para perda nos investimentos na DraftII, no montante de R\$ 105.537 (R\$ 95.888 em 2000) devido ao passivo a descoberto apresentado pela controlada em 31 de dezembro de 2001. O saldo acumulado da referida provisão em 31 de dezembro de 2001 ascende a R\$ 285.668 (R\$ 143.770 em 2000) e está registrado como "Provisão para Perda em Investimentos" no passivo exigível a longo prazo da controladora. **11.3. Ágio:** O Ágio registrado na Sociedade refere-se à aquisição de ações da controlada VBC, está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura da controlada e está sendo amortizado por um período de 10 anos. A composição do ágio no consolidado é a seguinte:

Investidora	Investida	Controladora		Consolidado	
		2001	2000	2001	2000
VBC Participações	VBC	67.847	-	67.847	-
VBC	ENERCAN	-	-	6.685	-
VBC	RGE	-	-	27	6.952
CPFL	RGE	-	-	132.237	-
Draft I	CPFL Piratininga	-	-	169.695	166.719
Draft II	CPFL	-	-	286	-
Draft II	CPFL Geração	-	-	(5.576)	-
<b>Total</b>		<b>67.847</b>	<b>67.847</b>	<b>371.201</b>	<b>173.671</b>

Conforme mencionado na Nota 4, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de julho de 2001, os acionistas da CPFL aprovaram a aquisição de 518.887.616 ações nominativas de emissão da RGE, de propriedade da VBC e 201.527.773 ações de titularidade de outros acionistas. A partir desta transação, a CPFL passou a deter 66,92% do capital total da RGE e 54,4% do seu capital votante. **12. IMOBILIZADO:**

Imobilizado em Serviço	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Geração	-	-	87.830	85.139
Distribuição	-	-	2.427.118	2.187.480
Administração	564	564	75.437	67.467
	564	564	2.590.385	2.340.086
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>				
Geração	-	-	33.279	30.035
Distribuição	-	-	1.057.540	908.938
Administração	219	155	33.495	22.838
	219	155	1.124.314	961.811
<b>Imobilizado em Curso</b>				
Geração	-	-	128.343	3.654
Distribuição	-	-	77.628	83.763
Administração	-	-	8.673	3.312
	-	-	214.644	90.729
<b>Total</b>	<b>345</b>	<b>409</b>	<b>1.680.715</b>	<b>1.469.004</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização de energia elétrica, são

Emissor	Emissão	Emitida	Colocada	Forma	Remuneração	2001		2000	
						Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
VBC Part (a)	9ª	133.805	133.805	Particular	C Moedas + 5% a.a.	31.118	28.648	28.716	51.155
VBC	3ª	704.863	704.863	Pública	TJLP + 2,5% a.a.	10.027	862.607	9.702	834.651
VBC	6ª	170.000	170.000	Pública	TJLP + 2,5% a.a.	1.417	207.662	1.371	200.932
VBC	8ª	300.000	300.000	Particular	TJLP + 6,0% a.a.	10.254	352.848	9.811	341.413
SEMESA (b)	2ª	69.646	58.000	Pública	TJLP + 4 a 5% a.a.	33.477	293.554	61.998	722.717
DraftII (c)	1ª série	2.313	2.313	Pública	IGP-M + 13% a.a.	70.287	52.413	17.930	104.825
DraftII (c)	2ª série	6.937	6.937	Pública	103,5% da Taxa DI	195.849	157.192	35.545	314.385
DraftII (c)	3ª série	937	937	Pública	IGP-M + 13% a.a.	28.473	21.232	7.264	42.465
DraftII (c)	4ª série	2.813	2.813	Pública	103,5% da Taxa DI	79.418	63.743	14.414	127.485
CPFL (d)	1ª série	44.000	44.000	Particular	IGP-M + 11,5% a.a.	20.102	243.406	-	-
CPFL (d)	2ª série	45.000	30.150	Particular	CDI + 0,6% a.a.	11.491	132.116	-	-
						<b>491.913</b>	<b>2.415.421</b>	<b>186.751</b>	<b>2.740.028</b>

(a) Em 30 de setembro de 1999 a Sociedade assumiu da controlada VBC, o saldo da sua 9ª emissão de debêntures no valor de R\$ 192.132 através de contrato de assunção de dívida. Em 31 de dezembro de 2001 o saldo dessa obrigação totaliza a quantia de R\$ 111.464 (R\$ 145.259 em 2000). No consolidado em 2001 foram eliminados R\$ 51.698 (R\$ 65.388 em 2000) relativos a parcela proporcional desta emissão subscrita pela empresa DraftII (controlada integral da CPFL). (b) As debêntures da 2ª emissão da VBC, por estarem vinculadas ao financiamento da construção da Usina de Serra da Mesa, foram transferidas em 26 de dezembro de 2001 para a controlada SEMESA. Estas debêntures são atualizadas com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de juros de 4 a 5% a.a.. As debêntures têm vencimento programado para o ano de 2009. Em 31 de dezembro de 2001, o saldo total desta emissão monta R\$ 327.031; sendo que, R\$ 33.477 estão registrados no passivo circulante e R\$ 293.554 no exigível de longo prazo. (c) A controlada DraftII emitiu em 2000 para distribuição pública, em 4 séries, 13.000 debêntures nominativas escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo o total de R\$ 1.300.000. As debêntures serão amortizadas em 2 parcelas anuais, sendo a primeira ao final do segundo ano e a segunda ao final do terceiro ano a partir da data de emissão, as 1ª e 3ª séries são atualizadas pela variação do IGP-M mais juros pré-fixados de 13% ao ano e as 2ª e 4ª séries são atualizadas por 103,5% da variação do CDI, sendo que os juros serão amortizados anualmente até 2003. (d) Com o propósito de alavancar recursos complementares à aquisição do controle acionário da RGE, em julho de 2001 a CPFL concluiu a colocação e venda de 100% da emissão de 44.000 debêntures de primeira série, de emissão da controlada CPFL, equivalentes a R\$ 440.000, com prazo de vencimento em 7 anos, remuneração anual com base na variação do IGP-M, acrescida de taxa de juros de 11,50% ao ano. Em 31 de dezembro de 2001 o saldo proporcional desta emissão totaliza R\$ 263.508 sendo R\$ 20.102 registrados no passivo circulante e R\$ 243.406 no exigível de longo prazo. (e) Refere-se a colocação e venda de aproximadamente 67% das 45.000 debêntures da CPFL, correspondentes à segunda série, cujo valor total equivale a R\$ 450.000, com prazo de 5 anos e remuneração anual com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, "over extra grupo", acrescida de spread de 0,6% ao ano. Como resultado da colocação da segunda série de debêntures, a CPFL obteve R\$ 301.420 em novos recursos, restando R\$ 148.580 em papéis baseados na variação do CDI que foram cancelados em dezembro de 2001. Em 31 de dezembro de 2001, o saldo proporcional desta emissão totaliza R\$ 143.606, sendo R\$ 11.490 registrados no passivo circulante e R\$ 132.116 no exigível a longo prazo. **16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:**

MOEDA NACIONAL	Encargos	Controladora		2000	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Banco Votorantim	-	-	-	118.786	-
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>					
MIGA - Multilateral Investment Guarantee Agency	571	77.346	77.346	65.180	130.360
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	571	77.347	77.347	65.180	130.360
	<b>1.142</b>	<b>154.693</b>	<b>154.693</b>	<b>249.146</b>	<b>260.720</b>

A Sociedade contraiu empréstimo no mercado externo no montante de US\$ 200.000, através dos agentes financeiros MIGA - Multilateral Investment Guarantee Agency e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, para suportar os investimentos que foram realizados pelo Grupo VBC. Estes empréstimos serão liquidados em 2 parcelas anuais a partir de novembro e dezembro de 2002 e sobre os mesmos são aplicados encargos calculados pela taxa Libor, acrescida de 8,625% ao ano e são garantidos pelos acionistas controladores. Através do mecanismo de "Swap cambial", esta dívida em dólar foi convertida para custo local, pela variação do IGP-M, acrescido de uma taxa de 10,375% ao ano (média das operações contratadas). No consolidado as principais informações dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são:

MOEDA NACIONAL	Encargos	2001		2000	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Instituições Financeiras	241	33.713	19.910	123	120.856
FUNDAÇÃO CESP - (1)	-	11.405	259.608	-	17.065
BNDES - CPFL (2)	4.269	42.327	42.327	7.453	65.515
BNDES - Investimento - CPFL (3)	4.521	49.830	98.729	-	-
BNDES - CPFL Geração (4)	-	124	7.027	-	-
FURNAS (5)	-	-	11.096	-	14.478
BRDE (6)	4.073	3.993	30.169	-	5.004
Fundação ELETROCEEE (7)	1.913	772	9.549	-	942
Outras	350	4.785	12.915	885	60.076
<b>Soma</b>	<b>15.367</b>	<b>146.949</b>	<b>491.330</b>	<b>8.461</b>	<b>269.458</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>					
MIGA/BID	1.142	154.693	154.693	2.340	130.360
Instituições Financeiras (8)	7.796	278.450	542.355	2.985	43.857
Outros	6	15	-	-	-
<b>Soma</b>	<b>8.944</b>	<b>433.158</b>	<b>697.048</b>	<b>5.325</b>	<b>174.217</b>
<b>Total</b>	<b>24.311</b>	<b>580.107</b>	<b>1.188.378</b>	<b>13.786</b>	<b>443.675</b>

(1) No consolidado, o empréstimo vinculado à Fundação CESP, corresponde na sua quase totalidade ao financiamento do déficit previdenciário do Plano de Aposentadoria e Pensão das controladas CPFL, CPFL Piratininga e CPFL Geração, apurado conforme regra da SPC (Secretaria da Previdência Complementar),

vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, devendo ser repaido na concessão. **13. DIFERIDO:**

	Consolidado			2000
	2001	Amortização	Líquido	
Ágio Incorporação DOC4 (a)	1.341.079	(279.391)	1.061.688	1.165.555
Ágio Incorporação DOC3 (b)	518.584	(182.253)	336.331	343.907
Déficit Fundação CESP - CPFL (c)	-	-	-	30.194
Déficit Fundação CESP - Bandeirante (c)	-	-	-	47.476
Diferimento Variação Cambial (d)	94.594	(30.396)	64.198	-
Despesas Operacionais	5.464	(288)	5.176	3.791
Despesas com Emissão de Debêntures	1.975	(143)	1.832	-
Outros	11.405	-	11.405	8.505
<b>Total</b>	<b>1.973.101</b>	<b>(492.471)</b>	<b>1.480.630</b>	<b>1.599.428</b>

(a) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da DOC4 Participações S.A. pela CPFL e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da CPFL, sendo amortizado por um prazo de 10 anos. (b) Refere-se ao ágio decorrente da incorporação da DOC3 Participações S.A. pela RGE e está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da RGE, sendo amortizado por um prazo de 10 anos. (c) A CPFL e CPFL Piratininga procederam em 31 de dezembro de 2001 à reversão do saldo total desta rubrica, em contrapartida à conta de empréstimos e financiamentos, o qual será levado a resultado em 5 anos, correspondente às parcelas de obrigações excedentes em relação aos ativos dos planos de benefícios, patrocinados pelas empresas e administrados pela Fundação CESP de modo a se adequar à nova metodologia de contabilização de planos de benefícios de aposentadoria e pensão conforme pronunciamento do IBRACON sobre benefícios a empregados. (d) De conformidade com a Lei 10.305/01, a Sociedade e suas controladas CPFL e RGE optaram por diferir o resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos denominados em moeda estrangeira, ocorrido no ano de 2001. O valor diferido será amortizado linearmente, respeitando as datas de vencimentos dos contratos, em até 4 (quatro) anos, a partir do exercício de 2001, inclusive. **14. FORNECEDORES:**

	Consolidado	
	2001	2000
Supridores de Energia	255.404	180.828
MAE/Co-Geração	22.202	408
Encargos de Uso da Rede Elétrica	44.900	3.776
Materiais/Serviços	40.170	26.857
Outros	2.385	66
<b>Total</b>	<b>365.061</b>	<b>211.935</b>

O saldo de R\$ 135.161 na rubrica "Fornecedores" no Exigível a Longo Prazo refere-se a transações relacionadas à energia livre comercializada no âmbito do MAE, cuja liquidação depende de regras a serem estabelecidas pela ANEEL (Vide Nota 2). **15. DEBÊNTURES:** Em 31 de dezembro de 2001, o consolidado registra as seguintes emissões de debêntures das controladas VBC, DraftII, SEMESA e CPFL:

Emissor	Emissão	Emitida	Colocada	Forma	Remuneração	2001		2000	
						Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
VBC Part (a)	9ª	133.805	133.805	Particular	C Moedas + 5% a.a.	31.118	28.648	28.716	51.155
VBC	3ª	704.863	704.863	Pública	TJLP + 2,5% a.a.	10.027	862.607	9.702	834.651
VBC	6ª	170.000	170.000	Pública	TJLP + 2,5% a.a.	1.417	207.662	1.371	200.932
VBC	8ª	300.000	300.000	Particular	TJLP + 6,0% a.a.	10.254	352.848	9.811	341.413
SEMESA (b)	2ª	69.646	58.000	Pública	TJLP + 4 a 5% a.a.	33.477	293.554	61.998	722.717
DraftII (c)	1ª série	2.313	2.313	Pública	IGP-M + 13% a.a.	70.287	52.413	17.930	104.825
DraftII (c)	2ª série	6.937	6.937	Pública	103,5% da Taxa DI	195.849	157.192	35.545	314.385
DraftII (c)	3ª série	937	937	Pública	IGP-M + 13% a.a.	28.473	21.232	7.264	42.465
DraftII (c)	4ª série	2.813	2.813	Pública	103,5% da Taxa DI	79.418	63.743	14.414	127.485
CPFL (d)	1ª série	44.000	44.000	Particular	IGP-M + 11,5% a.a.	20.102	243.406	-	-
CPFL (d)	2ª série	45.000	30.150	Particular	CDI + 0,6% a.a.	11.491	132.116	-	-
						<b>491.913</b>	<b>2.415.421</b>	<b>186.751</b>	<b>2.740.028</b>

gerado em decorrência do saldamento do plano de "benefício definido", equacionado em 1997, sendo atualizado pela variação do IGP-DI (FGV), acrescido de juros de 6% ao ano, amortizável em 240 parcelas mensais para a CPFL e CPFL Geração; para CPFL Piratininga, amortizável em 60 parcelas mensais, corrigido pelo custo atuarial ou variação da Taxa Referencial acrescido de 8% ao ano, dos dois o maior. Este empréstimo está garantido por vinculação de receitas provenientes da venda de energia elétrica. Para fins de adaptação às novas práticas contábeis determinadas pelo Pronunciamento do IBRACON sobre Benefícios a Empregados, R\$ 77.670 da contrapartida dessa dívida registrada no diferido foram estornados contra empréstimos e financiamentos. Este acerto será reconhecido no resultado dos anos de 2002 a 2006, linearmente. (2) O empréstimo junto ao BNDES corresponde ao financiamento pela controlada CPFL para aquisição da Bandeirante, quando de sua privatização (conforme mencionado anteriormente, a Bandeirante teve seu patrimônio parcialmente cindido em 1º de outubro de 2001, sendo parte do seu acervo líquido incorporado pela CPFL Piratininga - empresa na qual a CPFL mantém atualmente participação através da controlada DRAFT II). Este empréstimo vem sendo amortizado em 09 (nove) parcelas semestrais, a partir de setembro de 1999. Sua atualização está atrelada à cesta de moedas do BNDES ("UMBND"), cujo maior indexador é o dólar norte americano), com juros fixos de 5% a.a., e variáveis com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, que em 2001 foi em torno de 15,46% a.a. (5,26% a.a. em 2000). Como garantia, estão vinculadas ações representativas do capital da CPFL Piratininga, detidas pela Draft I. (3) O empréstimo junto ao BNDES - Investimento, corresponde a financiamento aos programas de investimentos. Na controlada CPFL está dividido em duas tranches "A" e "B", tendo 18 e 30 meses de carência, respectivamente, sendo amortizado em 78 parcelas mensais e sucessivas, atualizado pela TJLP, acrescido de juros de 3,25% ao ano. Como garantia está vinculada a receita proveniente da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica. Inclui também o empréstimo da controlada RGE com atualização pela TJLP, e juros de 3,9% ao ano, amortização mensal com último vencimento em 15 de setembro de 2007, sendo sua garantia vinculada à receita da empresa. (4) O empréstimo com o BNDES corresponde ao financiamento pela controlada CPFL Geração para a potencialização de PCH's (pequenas centrais hidrelétricas), sendo amortizado em 84 parcelas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2003. Sua atualização está atrelada, parte à cesta de moedas do BNDES ("UMBND"), cujo maior indexador é o dólar norte-americano e parte à TJLP, com juros 3,5% a.a., e variáveis com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos. O empréstimo está garantido por aval da CPFL. (5) O empréstimo junto a FURNAS está relacionado ao contrato de parceria na Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa e está sujeito a atualização pela variação do IGP-M. (6) O empréstimo junto ao BRDE refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela RGE no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, sendo atualizado pela variação do IGP-M acrescido de juros de 12% ao ano. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia da RGE. (7) O empréstimo junto à Fundação ELETROCEEE refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela controlada RGE, em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. Está sujeito a atualização pela variação do INPC/TR e juros de 9% a.a.. As amortizações do principal e juros são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia. (8) No consolidado os empréstimos de longo prazo em moeda estrangeira com instituições financeiras são como segue:

Instituição Financeira	Vencimento	Amortização	Garantias	Taxa de Juros	Consolidado	
					2001	2000
<b>1) Banco do Brasil S.A.:</b>						

A operação "Floating Rate Notes" refere-se a captação de recursos no mercado externo, no montante de US\$ 300 milhões, realizada no segundo trimestre de 2001 pela controlada CPFL, para fins de aquisição do controle acionário da RGE, contratada junto a um consórcio de bancos, liderado pelo BankBoston. Esse empréstimo tem prazo de vencimento final de 05 anos e carência de 20 meses para início do pagamento do principal, sendo que os juros serão pagos semestralmente a partir de dezembro de 2001. Através de mecanismo de "swap", toda a dívida em dólar foi convertida para custo local, correspondente a 93,65% e 94,75% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), respectivamente, para as parcelas de US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões. Como garantia foram dadas notas promissórias e cartas de fiança. O empréstimo junto ao BankBoston refere-se à captação de recursos realizada em maio de 2000 pela controlada Sul Geradora Participações S.A. (controlada integral da RGE), através de operação de trade finance, tendo como garantia da operação o aval da RGE e cartas de fianças. O pagamento de juros é trimestral e a amortização do principal se dará entre 2002 e 2005. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, foram contraídos, em sua totalidade, em dólares norte-americanos, cuja variação em 2001 foi de 18,67% (9,30% em 2000). No consolidado os empréstimos em moeda nacional estão sujeitos a encargos e taxas variáveis de 3,34% a 17,28% ao ano, o que resulta numa taxa média ponderada de 13,62%. Sua composição por tipo de indexador é como segue:

Indexador	Oscilação %		Composição da Dívida em %	
	2001	2000	2001	2000
IGP-DI	11,80	10,31	11,15	43,04
IGP-M	10,37	9,95	16,32	10,54
UMBND	15,46	5,26	20,17	24,31
URTJLP	3,34	4,56	12,20	11,85
CDI	17,28	-	18,50	-
OUTROS	-	-	21,66	10,26
			<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, têm seus vencimentos assim programados:

Ano do vencimento	Controladora	Consolidado
	2001	2001
2003	154.693	375.595
2004	-	234.010
2005	-	182.841
2006	-	167.209
Após 2006	-	228.723
<b>Total</b>	<b>154.693</b>	<b>1.188.378</b>

**17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS** – Na controladora, em 31 de dezembro de 2001, a rubrica registra o saldo de provisão para contingências de R\$ 15.890 (R\$ 289 em 2000), que em sua totalidade refere-se ao questionamento da ampliação da base de cálculo de PIS/COFINS. O referido questionamento está amparado por liminar obtida pela Sociedade. A composição das provisões para contingências no consolidado é como segue:

	Consolidado					
	2001		2000			
	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO		
<b>Trabalhistas</b>						
Diversos	998	9.922	1.802	1.294	8.924	1.424
	<b>998</b>	<b>9.922</b>	<b>1.802</b>	<b>1.294</b>	<b>8.924</b>	<b>1.424</b>
<b>Cíveis</b>						
Danos Pessoais	193	4.555	-	381	4.362	286
Majoração Tarifária	3.307	18.835	901	(384)	15.528	874
Passivo Ambiental	-	-	-	(76)	-	-
Faturas de Energia – Glosa	-	-	-	(9.339)	-	-
Outras	555	555	123	-	-	-
	<b>4.055</b>	<b>23.945</b>	<b>1.024</b>	<b>(9.418)</b>	<b>19.890</b>	<b>1.160</b>
<b>Fiscais</b>						
FINSOCIAL – Litígio	410	8.961	23.263	186	8.551	22.200
PIS/PASEP	19.873	23.525	-	(1.643)	3.652	-
COFINS – liminar	5.150	9.382	-	2.502	4.232	-
– Consig. Pagto	-	-	1.072	(25.335)	-	1.003
– Major. Aliquota	(5.274)	-	-	484	5.274	-
INSS	(1.526)	-	-	1.527	1.526	1.526
FNDCT	-	-	563	-	-	-
Outros	1.630	5.638	2.374	(70)	4.008	62
	<b>20.263</b>	<b>47.506</b>	<b>27.272</b>	<b>(22.349)</b>	<b>27.243</b>	<b>24.791</b>
<b>Total</b>	<b>25.316</b>	<b>81.373</b>	<b>30.098</b>	<b>(30.473)</b>	<b>56.057</b>	<b>27.375</b>

No consolidado as provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos iminentes de perdas, na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas, estando atualizadas para a data base de 31 de dezembro de 2001. A natureza e os riscos relacionados a contingências são sumarizados da seguinte maneira: **Trabalhistas** – Referem-se a ações ajuizadas. Nos termos do protocolo de cisão da Bandeirante, a CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados locados nas respectivas regiões por ela assumidas, enquanto que as ações corporativas, anteriores à data da efetivação da cisão, 1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (56% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga). Danos Pessoais – Referem-se a pleitos de indenizações não cobertas por apólices de seguros na controlada CPFL, com perdas consideradas possíveis. Majoração Tarifária – Nas controladas CPFL e CPFL Piratininga, correspondem a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45/1986, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". FINSOCIAL – Litígio – Refere-se ao questionamento judicial quanto à majoração tarifária e cobrança do Finsocial do período de junho de 1989 a outubro de 1991. A controlada CPFL obteve liminares que garantiram o não recolhimento mediante depósito judicial, sendo este depósito registrado na rubrica "Depósitos Vinculados a Litígios", no ativo realizável de longo prazo desde então atualizado mensalmente pela variação da Taxa Referencial Diária (TRD). COFINS – PIS/PASEP – Referem-se a questionamento judicial quanto à inclusão das receitas financeiras e não operacionais na base de cálculo do PIS e COFINS, com obtenção de liminar para efetuar o pagamento destas contribuições na forma da legislação anterior. Enquanto não se obtém decisão final sobre esta matéria a Controladora e Controladas vêm constituindo provisão para os valores em discussão. COFINS – Consignação em Pagamento – O saldo, no consolidado, refere-se a parcelas vertidas à CPFL Piratininga correspondentes a depósitos efetuados pela Bandeirante, amparada em mandado de segurança, discutido solidariamente com a Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., que havia cindido parcela da obrigação da COFINS para aquela empresa que foi posteriormente vertido para a CPFL Piratininga. A obrigação tributária foi quitada parcialmente pela Bandeirante e Eletropaulo, no contexto da Lei nº 9.779 de 19 de janeiro de 1999 e Medida Provisória nº 1.858-6 de 29 de junho de 1999, com dispensa de pagamento de multa e juros e através de ação de consignação em pagamento com depósito para assegurar o pleno direito ao gozo dos benefícios da referida legislação em virtude de questionamento contrário da Procuradoria da Fazenda Nacional. Convertido em renda o depósito em consignação e embasado em parecer de consultor jurídico foi revertida a provisão passiva integralmente, restando o valor depositado. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – refere-se a valores vertidos à controlada CPFL Piratininga relativos a depósitos em consignação efetuados pela Bandeirante até a data da cisão e posteriormente pela CPFL Piratininga, correspondentes ao programa de pesquisa e desenvolvimento instituído pela Resolução nº 185 de 21 de maio de 2001 da ANEEL, que determinou o recolhimento com efeitos retroativos a abril de 2001, em 12 parcelas. Outros – Contra a controlada CPFL foram iniciadas ações, onde se questiona a classificação de determinados consumidores para efeito de tarifação. Não existem julgamentos quanto ao mérito do assunto, não sendo possível, no momento, determinar o desfecho final dessas ações e o efeito em suas demonstrações contábeis, se houver. **18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS** – Estas obrigações são representadas principalmente por contribuições e doações recebidas de consumidores de energia elétrica para financiamento de obras e sua conexão à rede. Para efeito de índices econômico-financeiro, não devem ser considerados os valores destas obrigações, em função de não representarem obrigações financeiras. As obrigações especiais estão diretamente vinculadas à concessão do serviço e a sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinação da ANEEL. **19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO** – a) Capital Social: Todas as ações da Sociedade são da espécie ordinária e não possuem valor nominal. A participação dos acionistas no Capital Social da Controladora em 31 de dezembro de 2001 é constituída como segue:

Acionistas	Quantidade de Ações (em unidades)	
	ON	%
Votorantim Energia Ltda	957.555.010	33,33
Bradesplan Participações S.A.	957.555.010	33,33
Camargo Corrêa S.A.	957.555.010	33,33
Outros	7	0,01
<b>Totais</b>	<b>2.872.665.037</b>	<b>100,00</b>

Os acionistas têm direito a receber dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme previsto do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. b) Conciliação do Resultado do Exercício (Controladora/Consolidado).

	2000
<b>Resultado do Exercício da Controladora</b>	<b>(303.863)</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores em Controladas	(9.444)
<b>Resultado do Exercício Consolidado</b>	<b>(313.307)</b>

O ajuste de exercícios anteriores em controladas refere-se à mudança de prática contábil, relacionada ao reconhecimento de encargos regulatórios (Conta de Consumo de Combustíveis) em 2000.

## 20. FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Classe de Consumidores	Nº de Consumidores (Não Auditado)		Consolidado GWh (Mil)		Milhares de Reais	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Residencial	5.797.260	3.916.359	8.116	7.993	882.577	778.761
Industrial	103.854	83.343	15.719	12.568	865.667	601.516
Comércio e Serviços	570.094	371.323	4.532	4.117	409.704	320.882
Rural	361.199	208.246	1.679	1.713	79.344	67.800
Poderes Públicos	46.118	31.760	682	690	55.489	49.139
Iluminação Pública	2.464	1.697	1.056	1.027	60.464	49.855
Serviço Público	6.855	4.835	1.335	1.192	76.138	58.841
Consumo Próprio	176	521	2	39	-	130
<b>Subtotal – Fornecimento</b>	<b>6.888.020</b>	<b>4.618.084</b>	<b>33.121</b>	<b>29.339</b>	<b>2.429.383</b>	<b>1.926.924</b>
Recomposição Tarifária e Energia Livre (Nota 2)					452.320	-
Não Faturado (Líquido)					(8.646)	3.602
<b>Fornecimento</b>					<b>2.873.057</b>	<b>1.930.526</b>
<b>Suprimento</b>					<b>330.274</b>	<b>213.570</b>
<b>Outras Receitas</b>					<b>32.730</b>	<b>23.361</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>					<b>3.236.061</b>	<b>2.167.457</b>

## 21. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Tributos e Contribuições	Consolidado	
	2001	2000
RGR	29.218	28.659
ICMS	447.159	368.054
PIS/COFINS	118.189	78.231
ISS	98	42
	<b>594.664</b>	<b>474.986</b>

## 22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

RECEITA FINANCEIRA	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Rendas de Aplicações Financeiras	606	3.276	69.496	53.579
Swap – Float Rating Notes	-	-	62.256	-
Acréscimos Moratórios	-	-	17.653	9.676
Encargos CRC Repassada à CESP	-	-	3.736	3.193
Juros sobre Antecipação de IRPJ e CSSL	-	-	3.007	3.679
Renda de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	188	11.797
Atualizações Monetárias	66.803	2.767	179.594	22.180
Remuneração CVA	-	-	10.479	-
Amortização do Deságio	-	-	237	-
Outras	16	-	21.256	11.389
<b>Total</b>	<b>67.425</b>	<b>6.043</b>	<b>367.902</b>	<b>115.493</b>
<b>DESPESA FINANCEIRA</b>				
Encargos de Dívidas	(106.565)	(49.071)	(570.922)	(393.533)
Despesas Bancárias	(6.365)	(29.080)	(23.455)	(36.154)
Atualizações Monetárias	(177.230)	(65.355)	(410.045)	(269.310)
Amortização do Ágio	(3.571)	-	(41.513)	(15.890)
Swap – Float Rating Notes	-	-	(92.616)	-
Outras	(71)	-	(32.558)	(21.294)
<b>Total</b>	<b>(293.802)</b>	<b>(143.506)</b>	<b>(1.171.109)</b>	<b>(736.181)</b>
Juros sobre Capital Próprio	352.410	-	-	4
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>126.033</b>	<b>(137.463)</b>	<b>(803.207)</b>	<b>(620.684)</b>

**23. RESULTADO NÃO OPERACIONAL:** Na controladora e no consolidado, o Resultado Não Operacional contempla principalmente os ganhos líquidos auferidos nas vendas das controladas RGE e SEMESA e Ganhos e Perdas de Capital sobre Participações Societárias. Essas Receitas e Despesas não operacionais são compostas conforme segue:

Receitas (Despesas) Não Operacionais	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Ganho na Venda da RGE	-	-	254.842	-
Ganho na Venda da SEMESA	-	-	227.795	-
Ganho de Capital sobre Participações Societárias	7.510	-	7.574	-
Perda de Capital sobre Participações Societárias	(1.107)	(1)	(10.251)	-
Outras	-	-	11.428	995
<b>Total</b>	<b>6.403</b>	<b>(1)</b>	<b>491.388</b>	<b>995</b>

## RESULTADO NÃO OPERACIONAL

**24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** – A Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. **24.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE RISCOS:** O negócio da Sociedade e suas controladas compreende principalmente o fornecimento de energia a consumidores finais, a geração e comercialização de energia sendo concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue: **a. Risco de Taxa de Câmbio** – Este risco decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira além das suas respectivas despesas financeiras. Com o intuito de eliminar o risco cambial oriundo desses empréstimos, a Sociedade contratou durante o mês de dezembro de 2001, operações de "hedge cambial" junto a instituições financeiras locais. As operações de "hedge cambial" contratadas consistem de contratos de troca de indexadores, denominados de "swap cambial". Através dessas operações, a variação cambial e o custo financeiro denominado em dólar dos empréstimos mencionados foram trocados pela correção do IGP-M acrescido de uma taxa de 10,375% ao ano (média das operações contratadas). Dessa forma, a Sociedade passa a não mais apresentar qualquer exposição de risco às flutuações da taxa de câmbio do dólar norte-americano frente ao Real. Em Dezembro/2001, a controlada CPFL efetuou a cobertura das suas exposições para o ano de 2002 frente a moeda norte-americana, utilizando-se de mecanismo financeiro, que possibilitou prefixar o valor da moeda nos diversos vencimentos de suas dívidas. As tarifas estipuladas e autorizadas pelo Poder Concedente não contemplam qualquer proteção para referidos riscos, exceto no que se refere à energia adquirida de Itaipu, cujas tarifas são denominadas em dólares e cujas variações passarão a ser computadas para mais ou para menos, a partir de 2002, quando dos reajustes tarifários anuais a serem fixados para as empresas. No Consolidado em 31 de dezembro de 2001, parte da dívida financeira estava atrelada ao dólar norte-americano, no valor total de R\$ 1.139.150 (R\$ 758.053 em 2000), conforme descrito na Nota 16. **b. Risco de Taxa de Juros** – Este risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas as emissões de debêntures e a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Sociedade não tem efetuado qualquer operação com vistas a proteção das debêntures atualizadas pela TJLP, por entender o mesmo ser de baixo risco. Para os empréstimos em moeda estrangeira as controladas têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco. Na controlada CPFL, a exposição relativa a emissão de Floating Rate Notes no montante de US\$ 300 milhões, foi coberta através de duas operações financeiras de swap: (a) swap externo e (b) swap interno, o que proporcionou à controlada CPFL trocar os riscos originais da operação (variação cambial + Libor + 2,95% a.a.) para custo local, ou seja 94,38% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). **c. Risco de Crédito** – O risco surge da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade e suas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. **d. Risco quanto à Escassez de Energia** – O risco surge da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes de dificuldades de geração de energia decorrente de escassez de água. Segundo a avaliação do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não há riscos de escassez de energia elétrica para o próximo biênio. **24.2. VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS** – Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e suas controladas em 31 de dezembro de 2001 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: a. Disponibilidades – Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Sociedade. b. Valores a receber e a pagar de energia – Estes créditos e débitos decorrem basicamente de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – ("MAE") e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano no MAE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data do balanço. c. Empréstimos e Financiamentos – Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na Nota 16. d. Debêntures – As debêntures lançadas pela Sociedade e suas controladas não são negociadas no mercado. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 15. **25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS** – As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado.

	Controladora			Consolidado Proporcional		Fundação CESP
	Bradesco	VBC	SEMESA	Votorantim	Bradesco	
<b>Ativo Circulante</b>						
Disponibilidades	30	-	-	89.603	66.658	-
Coligadas e Controladas	-	259.759	13.433	-	-	-
<b>Passivo Circulante</b>						
Empréstimos e Financiamentos	-	648.535	-	-	-	17.065
<b>Exigível a Longo Prazo</b>						
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	303.677
<b>Receitas</b>						
Financeiras	597	-	-	18.484	20.120	-
<b>Despesas</b>						
Pessoal	-	-	-	-	-	4.822
Financeiras	-	-	-	-	-	16.286
Atualizações Monet.	-	-	-	-	-	10.418

São as seguintes as principais transações: Na Controladora e consolidado a rubrica Disponibilidades: Votorantim e Bradesco referem-se à aplicações financeiras de curto prazo, com rentabilidade de mercado. A rubrica "Coligadas e Controladas" registrada no Ativo Circulante compõe-se conforme Nota 6. No Consolidado a rubrica "Empréstimos e Financiamentos" registradas no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo compõe-se conforme Nota 16. **26. PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES** – As controladas em conjunto CPFL, CPFL Geração e CPFL Piratininga, através da Fundação CESP, e a controlada em conjunto RGE, através da Fundação CEEE, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As Fundações CESP e CEEE adotam o "regime financeiro de capitalização" para cálculo das reservas técnicas. De acordo com esse regime financeiro, as contribuições correntes destinam-se à cobertura, a valor presente, dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a admissão nos planos, sendo que os benefícios relativos ao tempo anterior de serviço foram em parte cobertos pela CPFL por meio de contribuição inicial. **I. CPFL e CPFL Geração** – Em 27 de outubro de 1997, a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício nº 726/SPC/CGOF/COJ, aprovou o Regulamento do Plano Misto de Benefícios que transformou o plano de Benefício Definido, para Plano Misto, com as seguintes características: a) Constituição de um benefício salgado – BSPS, proporcional ao tempo de contribuição de cada participante do plano, no conceito de contribuição definida; b) Adoção de um modelo misto, que contempla as aposentadorias de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida. **II. CPFL Piratininga** – A CPFL Piratininga no contexto do processo de cisão da Bandeirante assumiu a responsabilidade, pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados naquela empresa até a data da efetivação da cisão assim como obrigações correspondentes aos empregados ativos transferidos para a CPFL Piratininga. Em 02 de abril de 1998 a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da CPFL Piratininga), dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Salgado – BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", similar ao da controladora, com as seguintes características: a) Plano de Benefício Definido ("BD") – vigente até 31/03/98 – plano de benefício salgado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Salgado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia. b) Plano de Benefício Definido – vigente após 31/03/98 – plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31/03/98 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/03/98) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31/03/98. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a CPFL Piratininga e os participantes. c) Plano de Contribuição Definida – implantado junto com o Plano BD Vigente após 31/03/98, é um plano previdenciário, que até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a CPFL Piratininga. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial para a Companhia. **III. Rio Grande Energia S.A.** – O plano de suplementação é do tipo "Benefício Definido" com regime financeiro de capitalização. As patrocinadoras são responsáveis pela cobertura dos déficits apurados no plano de benefício da Fundação e conforme o § 2º da cláusula XXII do Regulamento da Fundação CEEE, a contribuição da patrocinadora será equivalente à totalidade das contribuições vertidas pelos participantes em um mesmo período. **Contabilização dos Planos de Pensão:** As controladas CPFL, CPFL Piratininga e CPFL Geração adotavam por prática contábil, até 31 de dezembro de 2000, registrar os seus compromissos relacionados aos déficits atuariais verificados nos planos de aposentadoria e pensão de seus funcionários, no ativo diferido. Com o advento do Pronunciamento do IBRACON sobre benefícios a empregados, procedeu-se em 31 de dezembro de 2001 à reversão do passivo e do diferido, sendo que os déficits atuariais serão levados à resultado em 5 anos, correspondente às parcelas de obrigações excedentes em relação aos ativos dos planos de benefícios. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2001. Demonstramos a seguir a situação dos Planos das controladas, com base em parecer dos atuários, para o período findo em 2001, no que se refere aos riscos de morte e invalidez dos participantes:

	Valores Proporcionais à participação da Controladora nas Controladas				Total
	CPFL Geração	RGE	CPFL Piratininga	CPFL Geração	
<b>a) Conciliação dos ativos e passivos</b>					
Valor justo dos ativos	388.246	8.765	18.376	74.722	490.109
Total do passivo atuarial	(670.009)	(14.945)	(30.453)	(143.649)	(859.056)
Obrigação atuarial registrada (empréstimos e financiamentos)	246.514	5.418	8.370	3.403	263.705
Passivo líquido a ser reconhecido no balanço	(35.249)	(762)	(3.707)	(65.524)	(105.242)
<b>b) Despesa prevista para 2002</b>					
Custo do Serviço	342	18	757	1.091	2.208
Custo do Juros	104.119	2.323	2.859	22.323	131.624
Rendimentos esperado dos ativos	(103.964)	(2.331)	(1.725)	(11.612)	(119.632)
Amortização de serviços passados	7.049	152	2.415	13.785	23.401
Contribuição esperada dos empregados	-	-	(392)	(607)	(999)
	7.546	162	3.914	24.980	36.602

**c) Premissas atuariais utilizadas**

	CPFL	CPFL Geração	RGE	CPFL Piratininga
- Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total	15,5% a.a.	15,5% a.a.	9,4% a.a.	15,5% a.a.
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	15,5% a.a.	15,5% a.a.	9,4% a.a.	15,5% a.a.
- Taxa de crescimento salarial	12,3% a.a.	12,3% a.a.	6,4% a.a.	12,3% a.a.
- Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	9% a.a.	9% a.a.	3,2% a.a.	9% a.a.
- Tábua geral de mortalidade	AT - 49 (qx)	AT - 49 (qx)	AT - 83	AT - 49 (qx)
- Tábua de entrada em invalidez	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)	Light-Média (ix)
- Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB - 55 (qix)	IAPB - 55 (qix)	AT - 49 (qix)	IAPB - 55 (qix)
- Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hanza a partir dos valores adotados para qx/ix/qix.				

**27. EVENTOS SUBSEQÜENTES – Plano de Reorganização Societária:** Em seguimento ao plano de reestruturação societária, em 08 de novembro de 2001, a Sociedade e a controlada CPFL Geração firmaram contrato de compra e venda de 999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 99,99% do capital total da Barra Grande Energia S.A., bem como quaisquer outras ações de emissão da Barra Grande que vierem a ser subscritas e integralizadas pela Sociedade a partir da data do contrato. A efetivação deste contrato estava condicionada à aprovação da ANEEL que através da Resolução nº 96 de 25 de fevereiro de 2002, aprovou a efetivação da operação. A liquidação financeira do contrato se deu em 11 de março de 2002 pelo valor total de R\$ 82.993, gerando um ganho para a VBC no valor de R\$ 7.160. Em 08 de novembro de 2001, a VBC e sua controlada

CPFL Geração firmaram contrato de compra e venda de 23.450.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 67% do capital total da controlada ENERCAN, bem como quaisquer outras ações de emissão da ENERCAN que vierem a ser subscritas e integralizadas pela VBC a partir da data do contrato. A efetivação deste contrato estava condicionada à aprovação da ANEEL que através da Resolução nº 96 de 25 de fevereiro de 2002, aprovou a efetivação da operação. A liquidação financeira do contrato se deu em 11 de março de 2002 pelo valor total de R\$ 122.966, gerando um ganho para a VBC no valor de R\$ 8.278. Nesta mesma data a VBC e a controlada CPFL Geração firmaram contrato de compra e venda de 665 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 66,66% do capital total da controlada Foz do Chapecó, bem como quaisquer outras ações de emissão da Foz do Chapecó que vierem a ser subscritas e integralizadas pela VBC a partir da data do contrato. A efetivação deste contrato estava condicionada à aprovação da ANEEL que através da Resolução nº 96 de 25 de fevereiro de 2002 aprovou a efetivação da operação. A liquidação financeira do contrato se deu em 11 de março de 2002 pelo valor total de R\$ 2.310, gerando um ganho para a VBC no valor de R\$ 697. **Término do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica:** Considerando que os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas das Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, atualmente se encontram acima das correspondentes curvas-guia de segurança, a Resolução nº 117, de 19 de fevereiro de 2002, extinguiu, a partir de 1º de março de 2002, o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica nas regiões atendidas pelos Sistemas Interligados Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste. Dessa forma, a partir de 1º março de 2002, o consumo da área de concessão das controladas passam a ser regidos pelas condições normais de mercado, sem nenhuma interferência do Programa de Racionamento imposto pelo Governo Federal.

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Marcelo Maia de Azevedo Corrêa**

Diretor Superintendente, Financeiro e de Relações com Investidores

**José Said de Brito**

Diretor Técnico e Administrativo

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Mário da Silveira Teixeira Junior**

Presidente

Conselheiros

**Carlos Ermirio de Moraes**

**João Carlos Hachmann**

**José Said de Brito**

**Luiz Maurício Leuzinger**

**Raphael Antonio Nogueira de Freitas**

**Márcio José Ferreira** - Contador – CRC 1RJ060113/S-4

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da VBC Participações S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da VBC PARTICIPAÇÕES S.A. (atual denominação da VBC Energia S.A.) em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada indireta Rio Grande Energia S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, cujos ativos totais representavam, respectivamente, 8,7% e 12,3% dos ativos totais consolidados naquelas datas e as receitas operacionais representavam, respectivamente, 9,5% e 15,9% do total consolidado da Sociedade naquelas datas, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 13 de março de 2002, contendo ressalva quanto ao diferimento de variações cambiais passivas líquidas no exercício de 2001. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto Bandeirante Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, cujos ativos totais e receitas operacionais naquela data representam 8,5% e 25%, respectivamente, do total consolidado da Sociedade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 24 de janeiro de 2001, sem ressalvas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dessas controladas incluídos nas demonstrações consolidadas e aos investimentos registrados pela equivalência patrimonial nas demonstrações individuais da controladora, está baseada exclusivamente no parecer desses auditores.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) A Sociedade e suas controladas Companhia Paulista de Força e Luz e Rio Grande Energia S.A. optaram pelo diferimento de variações cambiais passivas líquidas, de acordo com a Lei 10.305/01. As práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil requerem que os efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sejam reconhecidos no resultado, no período em que ocorreram. Como consequência, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001 e o resultado do exercício findo naquela data estão superavaliados em R\$ 41.419, já considerados os efeitos fiscais correspondentes.

(4) Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, exceto pelos efeitos do assunto comentado no parágrafo (3), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da VBC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(5) Conforme comentado nas Notas 2 e 9, as controladas registraram em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 ativos e passivos relacionados à comercialização de energia livre, com base em dados preliminares fornecidos pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Adicionalmente, registraram contas a receber relacionadas à recomposição tarifária para o período de racionamento, bem como diferimento relativo à variação de valores da Parcela "A" (CVA) decorrentes da aplicação da Medida Provisória 14 (ainda sujeita à aprovação do Congresso Nacional), Resolução 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Resolução 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE. Esses valores serão realizados através de aumentos tarifários extraordinários, já aprovados por resoluções específicas da ANEEL, bem como através de inclusão da CVA na análise anual dos reajustes de suas tarifas, e ambos estão pendentes de revisão e homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

(6) A Sociedade mantém registrado em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 o montante de R\$ 158.084, referente a créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais. A realização desses créditos fiscais está diretamente condicionada à geração de resultados tributáveis futuros que dependerão do sucesso das operações a serem implementadas pela Administração da Sociedade.

São Paulo, 25 de março de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C

CRC 2SP000123/O-1

Maurício Pires de Andrade Resende

Sócio-Diretor Responsável

Contador – CRC 1MG049699/S-9



**ANDERSEN**